

João Marcelo Ehlert Maia¹

GUERREIRO RAMOS E A CRÍTICA À SOCIOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objeto um capítulo pouco explorado pelos historiadores da sociologia: a crítica efetuada por Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) à sociologia da modernização (SM), sintetizada em dois textos publicados em 1966 e 1967: o livro *Administração e estratégia de desenvolvimento: elementos de uma sociologia especial da administração* (Ramos, 1966) e o artigo “A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo de possibilidade” (Ramos, 1967)¹.

Sustento que a análise dessa crítica guarda interesse científico para dois campos de debate: os estudos sobre o itinerário intelectual e profissional de Guerreiro Ramos, tido como um autor clássico do chamado “pensamento social brasileiro”, e as pesquisas recentes sobre a história global da sociologia, que têm chamado a atenção para a necessidade de superar o eurocentrismo das narrativas hegemônicas por meio da investigação de contextos intelectuais periféricos.

No primeiro caso, o artigo contribui para os debates sobre Guerreiro por meio de dois movimentos. Ao incorporar materiais publicados na segunda metade da década de 1960 a uma reflexão sobre a teorização sociológica do autor, rompe com uma espécie de divisão do trabalho entre intérpretes, por meio da qual a produção tardia de Guerreiro é usualmente explorada nos estudos sobre administração e teoria das organizações (Pizza Jr., 1994; Soares, 1995; Tenório, 1997). E, ao inscrever a crítica de Guerreiro à SM num debate disciplinar que ocorria na década de 1960, o texto avança uma análise transnacional do intelectual brasileiro, questionando a redução desse autor a um intérprete do pensamento brasileiro.

Os dois movimentos se produzem em diálogo com a bibliografia acumulada sobre Guerreiro, que tem se avolumado significativamente desde que um processo de releitura datado da década de 1990 jogou nova luz sobre um personagem cuja reputação intelectual fora seriamente afetada nos anos de 1970 e 1980 (Maia, 2012). Esse processo de resgate foi marcado inicialmente pelo livro seminal de Lúcia Lippi Oliveira (1995), que delimitou os temas fundamentais do projeto sociológico de Guerreiro à luz de uma investigação de sua experiência intelectual e geracional, e pelo artigo de Marcos Chor Maio (1997), que investigou a controvérsia intelectual de Guerreiro com Costa Pinto em torno do debate racial, ganhando novo fôlego com a dissertação de Bariani Junior (2003) sobre as disputas entre Guerreiro e Florestan Fernandes e a tese de doutorado de Aristôn Azevedo (2006), que destacou o tema do humanismo do autor como fundamento filosófico que permitiria uma abordagem da integralidade da trajetória de Guerreiro.

Essa bibliografia também foi marcada por trabalhos que exploraram Guerreiro como um “sociólogo isebiano”, relacionando o seu projeto científico nas décadas de 1950 e 1960 a uma agenda política pautada pelo nacionalismo (Abranches, 2006; Bariani Junior, 2008) e pelo terceiro-mundismo revolucionário (Motta, 2010). A investigação do ideário antirracista de Guerreiro foi conduzida em escritos que conectaram essas ideias ao projeto filosófico existencialista do autor, marcado pelo tema do “personalismo” (Barbosa, 2006) e em artigos que exploraram os fundamentos de sua abordagem sociológica das relações étnico-raciais (Campos, 2015) e sua crítica ao paradigma assimilacionista da Escola de Chicago (Caldas & Silva, 2023). Destacam-se também os estudos orientados para o potencial teórico das ideias de Guerreiro à luz de debates contemporâneos na teoria política e social, particularmente aqueles inspirados pela agenda pós-colonial (Lynch, 2015).

O saldo dessa bibliografia é positivo, mas é inegável que permanece certa divisão do trabalho entre estudiosos da administração e das ciências sociais, com estes se ocupando de forma majoritária de textos de Guerreiro produzidos até meados da década de 1960, evitando o engajamento com a produção mais explicitamente orientada para o campo da administração, que, por sua vez, tem sido bem trabalhada por pesquisadores que analisaram os fundamentos teórico-filosóficos de sua teoria das delimitações sociais e a maior ou menor aproximação da sociologia guerreiriana dos anos de 1970 em relação à chamada *teoria crítica* (Azevedo, 2006; Pizza Jr., 1994; Soares, 1995; Tenório, 1997). Quando se aproximam da produção de Guerreiro no campo da administração, os sociólogos tendem a preferir trabalhar com os escritos da década de 1940, que permitem entender a gênese de sua abordagem da tensão entre racionalização substantiva e instrumental (Bariani Junior, 2010) e o seu engajamento com a sociologia empírica de seu tempo, em especial a Escola de Chicago (Lopes, 2012).

Já no que se refere aos debates contemporâneos no campo da história da sociologia, é fato que a bibliografia avançou na identificação e na análise

de autores, obras e conceitos surgidos em contextos intelectuais periféricos, como se pode verificar no estudo de Raewyn Connell (2007) sobre a chamada “Southern Theory” e no livro de Said Farid Alatas (2006) sobre as respostas não-ocidentais ao Eurocentrismo. Tanto Connell como Alatas produziram um rico mapeamento de autores e tradições intelectuais alternativas, embora não tenham investigado as possíveis conexões entre tais tradições e os contextos institucionais que lhes deram vida.

Esses mapeamentos de pensadores periféricos são um recurso intelectual poderoso para a teorização pós-colonial, que usualmente se baseia na construção de um diálogo com autores “esquecidos” ou apagados do cânone, o que permitiria reconstruir o repertório teórico da disciplina em bases menos limitadas e eurocêntricas. Porém, esse campo ainda se ressentia de um investimento historiográfico mais sólido, que explore fontes primárias, trajetórias profissionais e processos de circulação de livros, artigos e demais objetos textuais que ajudem a iluminar os contextos institucionais, as redes intelectuais e as práticas disciplinares periféricas de modo mais detalhado. Exceções recentes podem ser encontradas nos trabalhos de Stephane Dufoix (2021, 2023) e Hon Fai Chen (2021), mas a análise empírica de conexões e processos transnacionais que forjaram a sociologia como disciplina em contextos periféricos ainda é tímida.

A historiografia latino-americana da sociologia oferece um significativo contraponto, tendo produzido estudos comparativos sobre a gênese da disciplina (Garreton et al., 2005; Jackson & Blanco, 2014), análises transnacionais sobre as redes institucionais construídas na região (Beigel, 2013), debates sobre processos de criação teórica em condições periféricas (Brasil Junior, 2013) e discussões mais amplas sobre o efeito do financiamento de organizações internacionais na constituição de centros de pesquisa e linhas de investigação (Blois, 2023; Cancelli et al., 2023; Laíz, 2019, 2022). Mas, ainda é preciso conectar os resultados de tais análises a uma abordagem historiográfica transnacional da sociologia que supere a circunscrição regional e evidencie como tais contextos latino-americanos se integraram a dinâmicas disciplinares mais amplas, o que permitirá, no limite, reconstruir a própria história hegemônica da sociologia no Norte Global.

Caminhos promissores para tal agenda foram abertos por alguns trabalhos recentíssimos. Maio e Lopes (2022) tomaram o caso de Donald Pierson como exemplar dessa perspectiva transnacional, demonstrando de modo empírico como conceitos e práticas intelectuais do sociólogo norte-americano surgiram a partir de diálogos e interações no Brasil, e Ian Merkel (2022) analisou como os contextos intelectuais paulistas das décadas de 1940 e 1950 moldaram de forma decisiva parte significativa do que se entendeu como teoria histórica e sociológica “francesa”, sintetizada em obras de nomes como Fernand Braudel, Lévi-Strauss, Pierre Monbeig, etc. Mas, ainda há muito caminho a ser trilhado.

Assim, este artigo se situa exatamente na interseção entre essas duas grandes agendas de pesquisa, uma própria do pensamento social brasileiro

e outra vinculada à história da sociologia. Ao explorar o engajamento de Guerreiro com a sociologia da modernização de sua época, o texto situa esse intelectual como um ativo integrante periférico de uma controvérsia disciplinar mais larga, avançando o debate no campo do pensamento brasileiro ao tratar os escritos guerreirianos tardios como peças fundamentais de sua imaginação sociológica. E, ao analisar como um intelectual latino-americano se engajou de forma ativa com as teorias da modernização, o artigo aprofunda a hipótese mais geral discutida na bibliografia recente da história da disciplina a respeito do papel criativo exercido por cientistas sociais radicados em contextos intelectuais periféricos.

Finalmente, argumento que o caso de Guerreiro é uma boa ilustração empírica dos “efeitos periféricos” na história da sociologia, conceito que descreve e interpreta processos pelos quais condições estruturais de dependência intelectual entre centros e periferias se traduzem em práticas de teorização intelectual. No caso em questão, o encontro entre Guerreiro e a sociologia da modernização exemplifica a dimensão criativa desse efeito, por meio do qual o engajamento de um agente situado em uma região periférica com teorias sociológicas hegemônicas permite-lhe reconstruir parcialmente elementos dessa teoria de modo inovador.

Este artigo se estrutura em duas seções principais. Na primeira, apresento os elementos básicos do que se convencionou chamar de “sociologia da modernização”, identificando seus principais marcos teóricos e o tipo de historiografia que se construiu em torno desse objeto. Na segunda seção, concentro-me na análise dos textos de Guerreiro, apresentando os principais elementos de sua operação crítica. A conclusão retoma os argumentos feitos a partir da discussão bibliográfica sobre o tema, evidenciando a contribuição do caso tanto para uma reconsideração do itinerário intelectual de Guerreiro, como para uma nova história sociologia da modernização nos anos de 1960 e 1970.

A SOCIOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO EM PERSPECTIVA TRANSNACIONAL

A sociologia da modernização, ao menos em sua versão clássica, datada da década de 1950, baseia-se em alguns pressupostos compartilhados por diferentes teóricos, como Talcott Parsons, Edward Shills, Gabriel Almond, Seymour Lipset, Daniel Lerner, dentre outros: a) uma clara separação entre sociedades “modernas” e “tradicionais”, entendidas como tipos polares situados em pontos evolutivos e temporais distintos da história humana; b) uma hipótese de que as mudanças promovidas pela modernização afetariam de maneira integrada as diferentes dimensões das sociedades tradicionais; c) um diagnóstico de convergência, segundo a qual haveria uma progressiva aproximação de diferentes sociedades ao modelo mais geral da modernidade, cuja representação empírica mais bem-acabada seriam os Estados Unidos (Schmidt, 2010).

Considera-se que a fundação teórica desses pressupostos pode ser identificada no livro de Parsons e Shills (1951) sobre a teoria geral da ação. Nessa obra, os autores esboçam o conceito de “*pattern variables*” (variáveis-padrão), que são as variáveis que operariam como critérios polares para avaliação de ações, expressando a oposição entre valores tidos como “modernos” (universalismo, individualismo, neutralidade emocional) e “tradicionais” (particularismo, coletivismo, afetividade).

Nos anos subsequentes, Parsons iria reconstruir e ampliar esse esquema, erigindo um vasto edifício teórico para dar conta da modernidade como um sistema formado por diferentes subsistemas, cada um dos quais marcado pelo predomínio de determinadas variáveis-padrão associadas a um maior universalismo na orientação das ações. Assim, por exemplo, no âmbito do subsistema cultural, as variáveis associadas ao individualismo e à orientação da ação a partir da consecução racional de objetivos predominariam em detrimento daquelas associadas ao familismo, por exemplo. A tese da convergência se aplicaria também para a explicação da evolução dinâmica desses subsistemas, já que o processo de modernização levaria a uma integração entre diferentes variáveis no sentido evolutivo (racionalização, liberalismo econômico, individualismo, orientação para desempenho etc.).

Na década de 1960, críticas às limitações da sociologia da modernização surgiram tanto de analistas que operavam “dentro” do paradigma maior, como “fora” (marxistas, por exemplo), o que levou a um refinamento das explicações sociológicas que buscavam caracterizar os processos de desenvolvimento em termos comparados (Eisenstadt, 1974). Assim, por exemplo, a polaridade entre modernidade e tradição foi suavizada, e abriu-se espaço para entender a primeira como um conjunto comum de problemas nascidos da expansão ocidental pelo mundo, mas que teria conhecido respostas diversas, a depender da forma pela qual elementos da tradição teriam sido reconfigurados. A tese das “múltiplas modernidades”, cunhada por Eisenstadt (2000), talvez seja a realização mais bem acabada desse processo de reconstrução.

A bibliografia converge na identificação de três espaços principais que teriam moldado a gênese intelectual da SM nos Estados Unidos do pós-guerra: o Departamento de Relações Sociais de Harvard, no qual jovens acadêmicos eram socializados na conceptualização parsoniana da modernidade; o Committee on Comparative Politics do Social Science Research Council, que, por meio da canalização dos recursos disponíveis de fundações privadas de apoio à pesquisa contribuiu para sistematizar a abordagem behaviorista que seria dominante na ciência política dos anos de 1950; e o Center for International Studies (CIS ou CINES), criado no outono de 1950 no âmbito do Massachusetts Institute of Technology (MIT), também com recursos de fundações privadas e da própria CIA (Price, 2016)

Além de apontar os nexos institucionais e políticos que consagraram a sociologia da modernização, a bibliografia do campo também converge na evidenciação dos laços entre essa forma de sociologia e o aparato científico-

-militar que expressou o poder norte-americano no contexto da Guerra Fria. Assim, tanto o surgimento da SM como a sua crise nos anos de 1970 são usualmente interpretados nos marcos de debates e contradições que se davam no seio desse aparato (Gilman, 2003; Gendzier, 2017; Latham, 2003).

Em seu conhecido trabalho, Nils Gilman (2003) sustenta que a gênese da sociologia da modernização se explicaria pelo

esforço dos cientistas sociais norte-americanos em construir uma teoria compreensiva não apenas para interpretar o que acontecia nas regiões pós-coloniais, como também para promover mudanças que fariam tais regiões se parecerem mais “conosco” – e menos do que com os russos ou chineses (Gilman, 2007: 3, tradução nossa).

Além disso, Gilman argumenta que tal teorização combinaria tanto o otimismo liberal do pós-Guerra como o medo e angústia de que esse mundo estivesse vivenciando uma crise.

Essa visão de que a sociologia da modernização seria uma espécie de tradução científica das dinâmicas políticas e culturais norte-americanas pode ser verificada também na obra de Irene Gendzier (2017 [1985]), uma das primeiras a sistematizar a gênese e a decadência da SM. Gendzier se interessava mais especificamente pelo campo dos estudos sobre desenvolvimento “democrático” (Political Development), que crescia entre os cientistas políticos norte-americanos na década de 1960 e se construía na interação com aspectos da teoria funcionalista de Parsons. Segundo Gendzier (2017 [1985]): 25, tradução nossa), “As origens de suas interpretações conservadoras da política terceiro-mundista são, na verdade, mais próximas do cenário doméstico do que das sociedades do Terceiro Mundo sobre as quais escreviam”.

Tal visão pode ser verificada também na obra de Michael Latham (2003), que argumenta que a teoria da modernização seria, antes de tudo, uma ideologia chauvinista e evolucionista que projetava a história norte-americana como exemplar e incorporava outras histórias como elementos dessa grande narrativa de convergência. Mais do que qualquer outro, Latham é enfático ao interpretar a sociologia da modernização como uma derivação da projeção de poder imperial norte-americana no mundo.

Entre os autores que relacionam mais decisivamente a gênese da sociologia da modernização com a Guerra Fria, destaca-se Mark Solovey (2013), que consagrou a expressão “Cold War Social Science” para exemplificar o tipo de ciência social aplicada que teria emergido nos Estados Unidos como resultado do nexo formado pelo Estado norte-americano, as fundações de apoio à pesquisa e o setor militar. A formação dessa ciência social que se pretendia objetiva e preditiva teria atribuído ao *expert* munido de uma teoria geral e de ferramentas de coleta e processamento de dados imensos poderes e capacidades, o que teria contribuído para transformar a SM em um conjunto de operações e técnicas para o controle racional do futuro, outra crença típica do liberalismo do pós-Segunda Guerra.

Mesmo quando se analisam as críticas à SM, a ênfase é usualmente colocada em controvérsias sobre ciência, política e objetividade científica que se passariam fundamentalmente nos Estados Unidos. Gilman (2003: 219), por exemplo, ao identificar o principal momento crítico na década de 1970, destaca como fator explicativo uma ampla mudança intelectual e cultural nos Estados Unidos que teria aberto espaço para críticas como a de Samuel Huntington, David Nisbet e de teóricos marxistas e dependentistas. Embora os latino-americanos sejam mencionados, a narrativa historiográfica de Gilman privilegia o debate norte-americano e suas controvérsias internas, fato que se repete em livros como o de Jay Rhode (2018), no qual a crise desencadeada pelo aprofundamento do envolvimento norte-americano no Vietnã e a força do ativismo estudantil anti-guerra são fatores centrais para o enfraquecimento da sociologia da modernização.

Mas, há exceções. Em seu trabalho, Nicolas Guillot (2005) argumenta que os questionamentos à sociologia da modernização na década de 1970 teriam surgido de uma convergência entre os debates travados por estudiosos norte-americanos do desenvolvimento, agora insatisfeitos com os esquemas abstratos que fundamentavam tais teorias, e as críticas oriundas do Sul Global, veiculadas por meio da teoria da dependência. Isso teria permitido que a teoria da dependência circulasse nos Estados Unidos, tendo sido mobilizada no âmbito de uma discussão crítica às teorias da modernização, fato que implicaria uma descontextualização de suas condições originais de enunciação (Fajardo, 2021).

Por outro lado, a bibliografia latino-americana investe há mais tempo na exploração das intervenções periféricas nos debates centrais. É o caso, por exemplo, dos estudos sobre a obra de Gino Germani, tido como um dos principais representantes da sociologia da modernização latino-americana. Antônio Brasil Junior (2013) demonstrou como Germani teria “aclimatado” a SM, atentando para a particularidade das dinâmicas históricas da região e reconstruindo o repertório conceitual da sociologia norte-americana à luz desse diagnóstico periférico, ao passo que Alejandro Blanco (2006) explorou a pluralidade das fontes intelectuais do sociólogo argentino e sua inventividade em relação ao esquema parsoniano.

Mas ainda há muito a ser feito para que a trilha aberta por tais estudos contribua de forma mais decisiva para a reconstrução da história de teorias e agendas intelectuais que são usualmente associadas exclusivamente ao contexto norte-americano. O caso da crítica guerreiriana à SM é um pequeno episódio de tal empreitada.

GUERREIRO E A SOCIOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO EM DIMENSÃO TRANS-NACIONAL

Os textos tardios de Guerreiro são usualmente associados à elaboração de uma crítica mais ampla aos fundamentos da racionalidade instrumental, não

se dando muito destaque ao seu engajamento com a teoria sociológica sobre modernização. De fato, a crítica aos efeitos nocivos da modernidade sobre a personalidade humana é um tema que percorre toda a obra do sociólogo baiano, ganhando sentidos diversos ao longo de seu itinerário intelectual. Essa visão foi inicialmente forjada a partir da socialização intelectual de Guerreiro em leituras do existencialismo cristão entre a década de 1930 e a primeira metade da década de 1940 (Azevedo, 2006; Oliveira, 1995). Nesse período, inspirado por obras de Jaques Maritain e Nikolai Berdiaev, Guerreiro escreveu poesias e ensaios nos quais identificava os valores trazidos pela modernidade burguesa (individualismo, massificação, racionalização de condutas) como antitéticos ao desenvolvimento pleno da personalidade humana.

O tema do “personalismo” era então central ao jovem intelectual, tornando-se um eixo chave de sua crítica à alienação, significando a possibilidade de afirmação da humanidade dos sujeitos em meio a um crescente processo de racionalização técnica e de imposição de mecanismos sistêmicos de organização da vida social.

Mas, ao longo das décadas de 1950 e 1960, a agenda de Guerreiro se orientou para a formação de uma sociologia “em mangas de camisa”, isto é, voltada para a promoção do desenvolvimento e para a superação da condição colonial enfrentada pelo Brasil e tida como um obstáculo à plena realização da consciência nacional. Os escritos de Guerreiro no período bebem das teorizações sobre subdesenvolvimento produzidas no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), e compartilham com outras formas de imaginação periférica um horizonte propriamente modernizante, traduzindo-se em um projeto político-intelectual assentado na industrialização autônoma, na formação de uma consciência crítica e na superação de formas de ação tidas como “ingênuas” e pouco afeitas a essa nova fase da vida nacional. São desse período textos-chaves do projeto sociológico de Guerreiro, como “Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo” (Ramos, [1954] 1995) e *A redução sociológica* (Ramos, [1958] 1996), além dos livros publicados na primeira metade da década de 1960 e que se orientavam para uma discussão sociológica sobre as possibilidades da revolução nacionalista brasileira.

Numa primeira leitura, seria difícil sustentar uma visão de Guerreiro como um autor crítico à modernização com base nesses escritos dos anos de 1950 e 1960, pois o seu projeto de uma sociologia nacional se justificava como fermento intelectual para um processo de desenvolvimento cujo horizonte eram as instituições próprias da modernidade – Estado, autonomia, industrialização etc. Mas, mesmo nesse período, é possível detectar ideias e hipóteses que sinalizam um mal-estar com elementos-chaves da modernidade e aproximam o sociólogo baiano de autores e correntes críticas às disfunções da racionalidade. Um exemplo está em seu livro de 1963 sobre a revolução brasileira, trabalho em que Guerreiro esmiúça o conceito de “revolução”, questiona os fundamentos doutrinários do marxismo oficial, que estaria ainda preso à replicação de esquemas de Marx, Engels, Lênin e Trotsky, e sugere

analisar o socialismo como uma forma mundial que estaria ganhando variações terceiro-mundistas particulares (Ramos, 1963). A seção VI dessa obra apresenta uma discussão sobre os efeitos negativos que os partidos comunistas exerceriam sobre a personalidade e a razão humanas, o que leva Guerreiro a fazer um diagnóstico crítico da racionalidade instrumental e sua disseminação em diferentes instituições modernas. Embora o texto tenha como foco os partidos de inspiração leninista, verifica-se a retomada de uma visão crítica a respeito da modernização e uma apresentação inicial do conceito de “homem parentético” (Azevedo & Albernaz, 2006).

Um primeiro marco no debate de Guerreiro com a sociologia da modernização pode ser localizado na sua obra *Administração e estratégia de desenvolvimento: elementos de uma sociologia especial da administração* (Ramos, 1966). Esse livro foi escrito durante o período imediatamente após o golpe civil-militar de 1964, em que Guerreiro encontrou guarida na Fundação Getúlio Vargas, onde trabalhou graças a um *grant* da Fundação Ford.

O livro trabalha elementos da teoria da administração à luz de um debate sociológico mais amplo sobre os significados da modernização e a estratégia científica mais apropriada para lidar com o tema. Assim, Guerreiro dialoga com inúmeros teóricos que se associavam ao paradigma da SM ou que, ao menos, orbitavam em torno da discussão, reiterando um padrão de atualização teórica já apontado na bibliografia sobre o autor (Maia, 2012). É o caso, por exemplo, de Shmuel Eisenstadt, Talcott Parsons e Fred Riggs, lidos a partir da familiaridade de Guerreiro com os teóricos clássicos da sociologia alemã, em especial Weber e Mannheim.

O primeiro capítulo da obra sintetiza a abordagem epistemológica de Guerreiro, baseada na atitude de redução sociológica formalizada no seu clássico livro de 1958. Ao situar o problema, Guerreiro argumenta que os principais desdobramentos teóricos da administração consolidados nas sociedades do Norte estariam ao alcance dos cientistas de países atrasados, posto que o mundo, naquele momento, configurar-se-ia como totalidade, permitindo a apropriação das inovações. Mas, ressalta o autor, esse processo de apropriação seria condicionado pelas particularidades históricas e culturais de cada sociedade, não se tratando de uma simples difusão linear.

Guerreiro considera que o principal problema das teorias sobre a modernização residiria na identificação de variáveis como supostos “pré-requisitos” para processos de modernização bem-sucedidos, o que se chocaria com a conceituação das sociedades como totalidades culturalmente condicionadas e situadas em temporalidades específicas. Ou seja, Guerreiro argumenta que a identificação de determinados fenômenos como favoráveis à modernização só seria possível a partir da delimitação de casos históricos específicos, sem que tal correlação fosse tornada uma espécie de “lei sociológica” que operasse como um imperativo.

Os fenômenos da industrialização e da burocracia permitem ao autor exemplificar o problema. No primeiro caso, Guerreiro explica que o fracasso

de projetos de industrialização em muitos lugares do mundo se explicaria pelo choque entre o ritmo da vida industrial e a temporalidade das sociedades periféricas, contradição que seria ignorada pelos teóricos dos “pré-requisitos”, que tratavam as sociedades como sistemas sociais potencialmente convergentes. Já o caso da burocracia merece um capítulo específico, em que o autor analisa criticamente a literatura que vê nas elites estatais modernizadoras um ator que invariavelmente promoveria o impulso modernizador. Novamente, Guerreiro considera que faltaria a essa literatura uma análise da dimensão histórica de cada sociedade, que poderia revelar o efeito negativo que a burocracia poderia representar ao produzir uma ação do tipo “*top-down*”.

Um dos principais dilemas da SM era o tratamento da relação entre processo e História, pois a tese da convergência implicava conceber a modernização como uma sequência de etapas que deveriam ser seguidas. Por sua vez, Guerreiro sempre trabalhou com o conceito de “fases” e/ou “etapas”, entendendo-as menos como um conjunto pré-ordenado pelo qual todas as sociedades deveriam passar, e mais como os distintos momentos de afirmação da “consciência nacional”. Isto é, a formação fenomenológica e existencialista do autor levava-o a pensar a ideia de processo não em termos abstratos e lógicos, mas como momentos de realização da Nação, que teriam como pressuposto a objetivação da comunidade nacional como sujeito de si.

Assim, Guerreiro precisava demarcar sua diferença em relação à tese evolucionista da convergência, ao mesmo tempo em que lidava com os próprios resíduos teleológicos que suas fontes intelectuais imprimiam na sua concepção. É no capítulo quatro que o problema é enfrentado, por meio de uma discussão sobre o conceito de “etapas”, peça fundamental na SM. Guerreiro mobiliza o conceito, mas busca esvaziá-lo de qualquer sentido teleológico, argumentando que se tratava de uma classificação histórica, que não pressupunha um caminho pré-determinado para todas as sociedades humanas. Além disso, argumenta que as etapas não poderiam ser confundidas com a caracterização empírica de dadas sociedades, aproximando-se, portanto, das críticas que Eisenstadt faria ao projeto clássico da SM.

Guerreiro não se limitava a replicar as observações críticas efetuadas por analistas situados nos contextos hegemônicos de enunciação intelectual da modernização. Todo seu livro é também pautado na constatação de uma diferença periférica, que o leva a pensar de modo alternativo o tema. O conceito de “sociedade prismática”, originalmente cunhado pelo teórico da administração Fred Riggs², é tomado para exemplificar a questão, designando sociedades heterogêneas em que elementos modernos e tradicionais coabitam, o que implicaria a presença simultânea de critérios distintos de orientação para ação. Essa constatação gerava um desafio considerável às “variáveis padrão” parsonianas, que se baseavam na construção de tipos polares de orientações que se distribuiriam numa sequência histórica e lógica.

A crítica às limitações da SM e o diagnóstico da condição periférica das “sociedades prismáticas” se combinam em um capítulo fundamental, no

qual Guerreiro dialoga com Riggs para trabalhar o conceito de “formalismo”. Nos termos de Riggs, as sociedades prismáticas representariam um estágio de transição entre organizações sociais mais homogêneas e sistemas diferenciados e autônomos, tendo o conceito lhe servido para estabelecer os marcos de uma administração pública comparativa. Mas Guerreiro emprega o conceito para problematizar a visão negativa do “formalismo”, que Riggs atribuía a uma falha que resultaria da divergência entre as normas vigentes e as condutas reais dos sujeitos.

Em direção oposta, Guerreiro argumenta que um traço tido como suposto indicador do atraso brasileiro – a adoção meramente superficial de atitudes e comportamentos difundidos pelos centros hegemônicos – poderia ser interpretado como um mecanismo de adaptação criativa diante da condição periférica brasileira. Assim, o formalismo assumiria múltiplas formas, todas exprimindo alguma faceta de tal adaptação: uma estratégia para absorver pressões e conflitos sociais, quando o Estado incorpora diplomados que não tem postos numa economia colonial e rudimentar; um mecanismo para acomodação de tensões produzidas pela mobilidade de classes, permitindo a cidadãos não-brancos se ajustarem de forma flexível numa ordem em transição; uma estratégia de construção nacional, implicando uma radicalidade teórica e imaginativa em circunstâncias nas quais os costumes e a vida social precária não forneciam substrato para a modernização; e, finalmente, um mecanismo de integração ao mundo, característico de países de formação colonial que adotam instituições externas como forma de promover a modernização em contextos tardios.

Como se vê, o tratamento que Guerreiro dá ao tema do formalismo coaduna com sua crítica aos fundamentos abstratos da SM, que tenderiam a enquadrar tais manifestações como disfunções ou patologias, e não como estratégias criativas que pressupunham uma capacidade de agência coletiva imprevista ou não condizente com a sequência lógica das etapas. Afirma Guerreiro:

[...] é necessário superar a sociologia tautológica da modernização, largamente praticada pelos que costumam utilizar a categoria de pré-requisito. Quando mecanicamente orientados por pré-requisitos, os políticos e os administradores são induzidos a adotar soluções hipercorretas para os problemas que os desafiavam. As soluções adequadas dos problemas de modernização demandam a utilização do ponto de vista estratégico (Ramos, 1966: 243-244).

Finalmente, é no Apêndice II, onde se encontra um texto analisando artigo publicado por Parsons em 1963, que é possível desvendar mais precisamente a posição do autor nesse momento. Nesse texto, Guerreiro analisa o conceito de “universais evolucionários” do sociólogo norte-americano, inicialmente elogiando o modo como tal conceito permitia ao pesquisador identificar transformações evolutivas sem que isso implicasse associar a modernização a uma transição por estágios completos. Do mesmo modo,

Guerreiro vê de forma positiva o modo como a teoria dos pré-requisitos seria útil para organizar o material histórico e situar processos evolutivos. Mas, tal teoria tornar-se-ia nula se esses pré-requisitos fossem tomados como critérios únicos de ação ou imposições sistêmicas que tornassem desnecessária a agência humana. Segundo Guerreiro, em sociedades subdesenvolvidas, a formação da vontade política e a definição das estratégias de modernização guardariam um componente de arbítrio e inventividade que escaparia à simples reprodução de variáveis dadas teoricamente.

Lendo o anexo à luz de toda obra, é possível situar a crítica de Guerreiro à SM no âmbito de um debate transnacional que se dava em meados da década de 1960 em torno das estratégias de modernização. A visão que atribuía à agência coletiva dos periféricos uma capacidade de criação política que suplantaria a ausência de determinados pré-requisitos se alinhava aos argumentos que Hirschman fazia sobre como o processo de desenvolvimento se dava em termos práticos e empíricos. No seu livro clássico de 1958, Hirschman sustentava que o crescimento “desordenado” (*unbalanced growth*) poderia ser visto como um mecanismo de aceleração de desenvolvimento, e não uma infração ao uso supostamente “racional” e “correto” de recursos (Hirschman, 1958). Na primeira metade dos anos de 1960, Hirschman continuou a refinar sua visão, identificando na capacidade criativa de gestores uma forma mais realista de promover a modernização periférica, questionando a normatividade da teoria do desenvolvimento até então hegemônica (Hirschman & Lindblom, 1962). Ao mesmo tempo, a perspectiva teórica de Guerreiro sobre os pré-requisitos identificava-se com argumentos que estavam sendo codificados pela segunda geração da SM, em especial por Eisenstadt, que buscava desvincular a modernidade do retrato empírico das sociedades desenvolvidas.

Finalmente, o diagnóstico da condição periférica e o impacto que tal condição teria na formulação teórica era um movimento compartilhado por diversos cientistas sociais latino-americanos em meados da década de 1960, ocasião em que a teoria sociológica latino-americana alcançou uma grande maturidade crítica (Bringel & Domingues, 2015). Basta lembrar que, em 1965, o mexicano Rodolfo Stavenhagen publicou seu clássico texto sobre os equívocos das abordagens sobre o desenvolvimento latino-americano, no qual mostrava que a modernização capitalista reiterava clivagens étnico-raciais que contribuíam para reproduzir internamente o colonialismo (Stavenhagen, 1965). A própria geopolítica intelectual que estruturava a divisão internacional do trabalho intelectual, favorecendo o prestígio global da SM e sua exportação para a América Latina, também foi objeto de questionamentos por novas gerações de cientistas sociais na região, que começavam a identificar a sociologia “científica” com práticas imperialistas (Gil, 2016; Navarro, 2011).

O livro foi decisivo para a acolhida que Guerreiro obteve na Universidade do Sul da Califórnia (USC). Como recorda Frank Sherwood (2002), professor da USC no campo da administração pública, a obra teria aberto portas para

Guerreiro no mundo acadêmico norte-americano, permitindo que um arranjo originalmente temporário se transformasse numa posição regular e estável. Ao longo de seu período norte-americano, ainda relativamente desconhecido, Guerreiro logrou se inserir no mainstream da administração pública, embora partilhando ideias críticas sobre esse campo e sobre as teorias hegemônicas que o fundamentavam (Brown, 2016). Em 1967, Guerreiro publicou um artigo em que aprofundou seu engajamento crítico com a SM, intitulado “A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo de possibilidade” (Ramos, 1967). A primeira versão desse manuscrito foi apresentada numa conferência do Institute of World Affairs (IWA), ocorrida na USC entre 26 e 28 de março de 1967, e após sua primeira publicação na *Revista de Administração Pública* naquele mesmo ano, o texto voltaria a ser editado após algumas modificações, desta vez como capítulo de livro na coletânea *Developing Nations: quest for a model* (Ramos, 1970), ao lado de textos de autores como Eisenstadt, Reinhardt Bendix e Irving Horowitz, todos figuras centrais no debate sobre modernização³. Essa última versão seria finalmente traduzida por Francisco Heidemann em uma coletânea sobre políticas públicas editada pela UnB em 2010 (Ramos, 2010). Embora se possa considerar tal versão a “definitiva”, concentro-me aqui em explorar mais a fundo a primeira aparição do texto, trabalhando ao final dessa exposição algumas modificações que parecem relevantes para entendermos o itinerário do pensamento do autor.

Nesse artigo, mais uma vez, o sociólogo retoma o tema da modernidade global e do tipo de explicação sociológica mais adequada para dar conta do processo de modernização. Sua hipótese principal baseia-se na identificação de dois tipos de explicação, as teorias N e P. As teorias N identificariam uma necessidade histórica na transição de diferentes sociedades tradicionais a um modelo de modernidade, e seus representantes mais ilustres, segundo Guerreiro, seriam Shmuel Eisenstadt e Reinhart Bendix (um par peculiar, em especial se atentarmos para a visão relativamente positiva que Guerreiro nutria do primeiro no livro de 1966). Já uma teoria de tipo P seria aquela que, nas palavras do autor:

pressupõe que a ‘modernidade’ não está localizada em qualquer lugar do mundo precisamente. Que o processo de modernização não se deve orientar segundo qualquer arquétipo platônico; e 2) sustenta que toda nação, qualquer que seja sua configuração presente, terá sempre possibilidades próprias de modernização, cuja efetivação pode ser perturbada pela sobreposição de um modelo normativo rígido (Ramos, 1967: 9).

Num segundo movimento do texto, Guerreiro trabalha o conceito de “possibilidades”, articulando uma leitura do método contrafactual na obra de Max Weber ao tema da dialética em Ernst Bloch, o que resulta em uma combinação singular. O sociólogo baiano argumenta que o processo de modernização comportaria possibilidades que poderiam ser delineadas pelos analistas à luz do conhecimento de fatos subsequentes, mas isso não os au-

torizaria a vaticinar uma necessidade histórica ou uma lei evolutiva. Já o conceito de dialética emancipatória de Bloch permitiria, ainda segundo Guerreiro, integrar o conhecimento das condições objetivas à percepção e à formação da vontade transformadora nos sujeitos. Como se vê, a defesa de uma teoria possibilista da modernização por parte de Guerreiro articula-se a uma visão sociológica humanista que rejeita a ideia de determinismo ou de leis históricas evolutivas que se desenrolariam por trás dos agentes, reiterando o tema da criação política, já trabalhada no livro de 1966.

Há uma farta discussão sobre o conceito de “possibilidades objetivas” na obra de Weber, e que diz respeito às conexões entre seus escritos metodológicos no período entre 1903 e 1907 e os seus textos posteriores. As origens desse debate weberiano remontam às discussões de juristas alemães a respeito da imputação de responsabilidade civil e criminal por ações que teriam produzido consequências danosas, sendo que a argumentação encaminhada por Weber conduziu a uma tentativa de refinar a atribuição de causalidade em eventos históricos sem incorrer no erro de importar a ideia naturalista de “lei” (Turner & Factor, 1981). Nos estudos weberianos, esse intrincado debate foi interpretado posteriormente como uma forma de argumento contrafactual (Laiz, 2022). Guerreiro utiliza o conceito atento tanto à sua dimensão não-naturalista, que permite interpretar processos sem incorrer no estabelecimento de relações de causalidade estritas, como à sua função lógica, que auxilia na análise das alternativas possíveis de modernização. Seu objetivo, portanto, era questionar a ideia de que o processo de modernização ocidental poderia ser transformado em um conjunto de princípios lógicos obrigatórios (condições necessárias e eficientes) que gerassem sempre os mesmos resultados.

É por isso que Guerreiro retoma sua crítica às teorias dos pré-requisitos em Parsons, argumentando que, a despeito de ser possível identificar correlações entre variáveis específicas e modernização, não se poderia extrapolar essa inferência para uma hipótese mais ambiciosa sobre a necessidade histórica de tais correlações. Afinal, a ausência de determinados pré-requisitos poderia ser compensada pela ação de governos e por estratégias políticas.

Finalmente, Guerreiro sustenta que as teorias normativas da modernização se associavam a uma geopolítica global da produção de conhecimento. As teorias N traduziriam a visão de sociólogos norte-americanos e europeus, que tratavam a modernidade como um fenômeno identificado às suas sociedades nacionais, sendo o processo de modernização entendido como uma exportação/difusão desses valores para as regiões subdesenvolvidas. Assim, Guerreiro propõe o conceito de “mundo” para dar conta desse problema, argumentando que a sociedade moderna teria se transformando num fenômeno universal e ecumênico, o que afetaria os países periféricos por intermédio do efeito-demonstração e do efeito-dominação. Isto é, seja por meio da absorção de hábitos ou práticas já existentes, seja por intermédio do poder econômico das economias centrais, os países periféricos poderiam lo-

gram se modernizar de modo consciente. Tal constatação levou Guerreiro a sugerir que o modelo analítico empregado deveria ser a sociedade internacional como todo, e não as nações ou sistemas sociais nacionais, sempre atentando para a divisão entre sociedades “hegemônicas” e “periféricas”.

A inovação de Guerreiro está em associar o conceito de modernização a um processo diferencial que se dá em escala planetária, e argumentar que as possibilidades objetivas devem ser refletidas à luz das estratégias práticas tomadas. Ou seja, Guerreiro articula uma teoria global da modernidade a um enquadramento centro-periferia, mobilizando o tema weberiano das possibilidades objetivas para identificar os principais mecanismos pelos quais o moderno poderia se realizar em contextos periféricos.

Como se vê, nesse período da produção guerreiriana, o autor não rejeita o paradigma da modernização, inserindo-se ao lado de autores que buscavam reconstruir a SM à luz das críticas recebidas⁴. No caso latino-americano, essa reconstrução partia de um diagnóstico da particularidade da formação histórica da região, bem como do peso que o colonialismo tivera na modelagem de instituições e processos locais.

Note-se que a segunda versão desse texto, publicada em 1970, comporta importantes alterações. Entre elas, gostaria de destacar três: em primeiro lugar, a inclusão de um parágrafo em que Guerreiro sustenta que o vigor do parsonianismo no ambiente intelectual norte-americano se devia mais aos arranjos institucionais daquele universo do que ao vigor teórico da proposta de Parsons, o que sinaliza um aprofundamento da crítica de Guerreiro ao estrutural-funcionalismo; em segundo, a mudança no título de uma subseção, em que o conceito de “incrementalismo”, originalmente utilizado para designar as abordagens estratégicas de modernização que não replicariam os erros das Teorias N, é substituído pelo “contextualismo dialético”. Esse conceito é referenciado pelo sociólogo baiano a partir do pragmatismo de William James e John Dewey, que permitiria entender a unidade entre teoria e prática e abandonar a ideia de uma teoria que simplesmente espelhasse o mundo de forma estática; finalmente, destaco uma das cinco novas notas incluídas ao final do texto, que apresenta uma extensa citação de um texto escrito pelo cientista político norte-americano Bertram Gross em 1966. Na citação, Gross critica teóricos clássicos da SM, como Lerner, Rostow e Riggs por incorrerem em “hegelianismo”, identificando a mudança social com o processo de formação das sociedades “desenvolvidas” atualmente existentes, o que permitiria a esses teóricos operarem com uma cisão entre tradição e modernidade que ocultaria os processos de mudança em suas próprias sociedades.

Como se vê, a nova versão do texto reforça a denúncia da normatividade eurocêntrica contida na SM, afirmando de forma mais clara a necessidade de uma imaginação periférica que seja pragmatista. Em um momento subsequente do itinerário de Guerreiro é possível ver como a agenda do sociólogo se voltou para uma crítica mais geral à racionalidade instrumental que organizaria as instituições e as condutas nas sociedades desenvolvidas.

Em “Models of Man and administrative theory” (Ramos, 1972), Guerreiro retoma o conceito de “homem parentético”, originalmente elaborado na sua obra de 1963 sobre a revolução brasileira, para analisar a crise nos estudos de administração e a emergência de um novo campo intelectual interessado no desenho de organizações que não identificassem a racionalidade com o funcionamento eficaz das organizações burocráticas. Nesse texto, Guerreiro inicia uma crítica aos modelos de “homem operacional” e “homem organizacional”, destacando que ambos sinalizariam uma reificação da racionalidade, que deixaria de ser vista como um atributo do sujeito livre e passaria a ser identificada com um imperativo sistêmico.

Esse tema irá ganhar corpo ao longo da década de 1970, traduzindo-se na sua obra final, *A nova ciência das organizações* (Ramos, 1981), em que Guerreiro empreenderia uma crítica às ciências sociais como um todo, entendendo-as como formulações ideológicas assentadas no modelo da razão instrumental e, portanto, incapazes de pensar adequadamente a dimensão substantiva da racionalidade. Nesse momento, a crítica não era mais propriamente à sociologia da modernização, constituindo-se, na verdade, em uma operação mais vasta de denúncia da modernidade tardia, que levaria o autor a uma defesa da reorganização da sociedade de forma a preservar instâncias de comunicação entre os sistemas sociais que não fossem reduzidas a trocas colonizadas pelo sistema de mercado. Ao longo da década de 1970, essa crítica guerreiriana parecia aguardar afinidade com a teoria crítica de Frankfurt, tema que já ocupou vários estudiosos de sua obra (Alves, 1995). Mas, o que importa reter aqui é que tal crítica se elabora num momento de esgotamento das energias modernizadoras, o que fez o autor deixar de lado uma discussão sociológica sobre as possibilidades objetivas da modernização periférica.

CONCLUSÕES

Em seus textos de 1966 e 1967, o objetivo de Guerreiro era questionar os pressupostos normativos da sociologia da modernização, sem necessariamente abandonar o conceito. Embora esse fosse um tópico discutido na sociologia norte-americana e europeia, Guerreiro inseriu-se num contexto no qual a geopolítica da produção intelectual mostrava-se decisiva. Seu argumento a respeito das “sociedades prismáticas”, feito em 1966, e suas considerações sobre o tema weberiano das possibilidades objetivas, em 1967, relacionam-se com a percepção de que a modernização vista da periferia implicava um forte elemento de ação política e criatividade intelectual e administrativa. Como argumentaram Azevedo e Albernaz (2021), esses textos podem ser lidos como elementos de uma crítica mais ampla do autor ao colonialismo epistêmico. Embora não discorde dessa hipótese, acho interessante delimitar o significado dessas produções intelectuais à luz de seus enquadramentos disciplinar e temporal.

Argumento que os dois textos de Guerreiro traduzem o engajamento do sociólogo com os debates sociológicos que estavam no coração das con-

trovérias disciplinares da época. Em meados dos anos de 1960, o paradigma da sociologia da modernização estava sob pesada artilharia, o que produziu um esforço coletivo de reconstrução da teoria para além de suas limitações evolucionistas e eurocêntricas. Tais textos, portanto, podem ser interpretados à luz dessa rede transnacional formada por cientistas periféricos que procuravam reler o tema à luz da geopolítica da produção de conhecimento, e não apenas como momentos de um itinerário intelectual totalmente condicionado pelas questões do “pensamento social brasileiro”.

Estamos diante, portanto, de uma forma de “efeito periférico” que pressupõe uma recriação conceitual de um arcabouço teórico cuja versão hegemônica foi produzida nos Estados Unidos do pós-Segunda Guerra. A inovação de Guerreiro pode ser vista como uma ação intelectual singular que se inscrevia numa subjetividade coletiva mais ampla e relativamente centrada, formada pela sociologia latino-americana no período⁵. Essa subjetividade, naquele momento, vivia um momento de forte integração regional, que possibilitava a formação de centros autônomos de elaboração intelectual, mas ainda numa condição estrutural de dependência (Beigel, 2013). Essa circunstância de relativo amadurecimento em uma situação periférica favorecia a circulação de ideias que contribuíam para a produção de um vocabulário sociológico alternativo sobre modernização e desenvolvimento. Tal vocabulário comportava momentos de originalidade conceitual, construídos a partir do engajamento ativo com as teorias centrais.

A investigação de outros movimentos intelectuais – individuais e coletivos – que constituíram essa subjetividade coletiva mais ampla, bem como sua relação com os tipos de efeitos periféricos gerados, permanece como tema para futuros estudos.

Editor responsável: Andre Bittencourt

Recebido em 27/05/2024 | Revisado em 14/10/2024 | Aprovado em 25/11/2024

João Maia é sociólogo, com mestrado (2001) e doutorado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) (2006). Atualmente, é professor associado do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas (FGV) e vice-presidente do grupo de trabalho em História da Sociologia da International Sociological Association. Suas principais áreas de interesse são: pensamento social no Brasil, história da sociologia na América Latina e teoria social. Sua publicação mais recente é o artigo “A ‘yankee savage in radical clothing’: the contributions of Latin American intellectuals to Irving Horowitz’s critical sociology”, escrito em coautoria com Diana Rodriguez e publicado em *The American Sociologist* (2023).

NOTAS

- 1 O autor agradece aos pareceristas anônimos pelos valiosos comentários, particularmente ao parecerista 2, que elaborou extensa análise do manuscrito original, demonstrando grande generosidade intelectual e compromisso com o seu papel.
- 2 Fred Riggs (1917-2008) foi um cientista político norte-americano que se tornou uma figura fundamental nos estudos comparados de administração pública. Em livros publicados na primeira metade da década de 1960, Riggs questionou a polaridade entre formações “agrárias” e “industriais”, propondo uma abordagem orientada para os diferentes processos por meio dos quais sociedades originalmente coesas se “refratariam”.
- 3 Agradeço ao parecerista anônimo por ter me chamado atenção para as diferentes versões desse texto.
- 4 A aproximação entre Guerreiro e Eisenstadt é sugerida no texto de Azevedo e Albernaz (2021). Considero a sugestão instigante e merecedora de futuras investigações.
- 5 Utilizo aqui o conceito de “subjatividade coletiva” tal como originalmente cunhado por José Maurício Domingues (1999).

REFERÊNCIAS

- Alatas, Said Farid. (2006). *Alternative discourses in Asian social science: Responses to Eurocentrism*. London: Sage.
- Aparecida, Aparecida Maria. (2006). *Nacionalismo e democracia no pensamento de Guerreiro Ramos* [Tese de doutorado]. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/Universidade Cândido Mendes.
- Azevedo, Ariston. (2006). *A Sociologia Antropocêntrica de Alberto Guerreiro Ramos* [Tese de doutorado]. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.
- Azevedo, Ariston & Albernaz, Renata. (2021). O pensamento social brasileiro e o combate à mentalidade colonial subjacente à teoria de modernização e de desenvolvimento: lições para o tempo presente. In: Pazos, Leonardo & Roberto Villar. (Orgs.). *Sociedad, economia e organizaciones. Gestion territorial, una perspectiva desde los métodos y las prácticas*. Bogotá: Ecoe Ediciones. p. 119-138.
- Azevedo, Ariston & Albernaz, Renata. (2006). A ‘antropologia de Guerreiro’: a história do conceito de homem parentético. *Cadernos EBAPE.BR*, 4, p. 1-19.

Barbosa, Muryatan S. (2006). Guerreiro Ramos: o personalismo negro. *Tempo Social*, 18, p. 217-228.

Bariani Jr., Edson. (2010). O longo caminho: Guerreiro Ramos e a Sociologia da Administração antes de a Nova Ciência das Organizações. *Organizações & Sociedade*, 17, p. 17-28.

Bariani Jr., Edson. (2008). *Guerreiro Ramos e a redenção sociológica: capitalismo e sociologia no Brasil* [Tese de doutorado]. Araraquara: Universidade Estadual Paulista.

Bariani Jr., Edson. (2003). *A sociologia no Brasil: uma batalha, duas trajetórias* (Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos) [Dissertação de mestrado]. Araraquara: Universidade Estadual Paulista.

Beigel, Fernanda. (Org.). (2013). *The politics of academic autonomy in Latin America*. Burlington: Ashgate.

Blanco, Alejandro. (2006) *Razón y modernidad*. Gino Germani y la sociología en Argentina. Buenos Aires: Paidós.

Blois, Juan P. (2023). Controversias alrededor de la filantropía científica estadounidense entre los sociólogos argentinos (1950-1970). *Estudios Sociológicos De El Colegio De México*, 41/Esp., p. 195-224.

Brasil Junior, Antônio. (2013). *Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani*. São Paulo: Hucitec.

Bringel, Breno, & Domingues, José Maurício. (2015). Teoria social, extroversão e autonomia: impasses e horizontes da sociologia (semi) periférica contemporânea. *Caderno CRH*, 28, p. 59-76.

Brown, Diana de Groat. (2016). Guerreiro Ramos in the United States: his life through the lens of political exile. *Ilha*, 18/1, p. 205-227.

Caldas, Alan, & Silva, Nikolas P. (2023). A Crítica de Guerreiro Ramos à Escola de Chicago: Assimilação, Aculturação e Racismo. *Dados*, 67, e20220018.

Campos, Luiz Augusto. (2015). “O negro é povo no Brasil”: afirmação da negritude e democracia racial em Alberto Guerreiro Ramos (1948-1955). *Cadernos CRH*, 28, p. 91-110.

Cancelli, Elizabeth, Mesquita, Gustavo & Chaves, Wanderson. (2023). *Foundations, US Foreign Policy and Anti-racism in Brazil: Pushing Racial Democracy*. London: Routledge,

Chen, Hon-Fai. (2021). Between North and South: Historicizing the indigenization discourse in Chinese sociology. *Journal of Historical Sociology*, 34/1, p. 103-119.

Chor Maio, Marco. (1997). Uma polêmica esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das relações raciais. *Dados*, 40, p. 127-162.

Chor Maio, Marco & Lopes, Thiago D. C. (2022). Entre a ciência e a política: Donald Pierson e a busca por uma sociologia científica no Brasil. *Sociologias*, 24, p. 228-266.

Connell, Raewyn. (2007). *Southern Theory: the global dynamics of knowledge in social science*. Cambridge: Polity Press

Domingues, José Maurício. (1999). *Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Contracapa

Dufoix, Stéphane. (2023). Quando o captor é cativo: ensinar a Sociologia do Sul no Norte? *Revista Brasileira de Sociologia*, 11/27, p. 23-48.

Dufoix, Stéphane. (2021). Under Western eyes? Elements for a transnational and international history of sociology in Asia (1960s–1980s). *Journal of Historical Sociology* 34/1, p. 55-74.

Eisenstadt, Shmuel N. (2000). Multiple Modernities. *Dædalus*. 129/1, p. 1-29.

Eisenstadt, Shmuel N. (1974). Studies of modernization and sociological theory. *History and Theory*, 13/3, p. 225-252.

Fajardo, Margarita. (2021). Latin American's Dependency Theory: A Counter-Cold War Social Science? In: Solovey, Mark & Christian Dayé (Org.). *Cold War social science: transnational entanglements*. London: Palgrave Macmillan. p. 191-222.

Garretón, Manuel Antonio et al. (2005). Social Sciences in Latin America: A Comparative Perspective – Argentina, Brazil, Chile, Mexico, and Uruguay. *Social Science Information*, 44/2–3, p. 557-593.

Gendzier, Irene (2017 [1985]). *Development against Democracy. Manipulating Political Change in the Third World*. London: Pluto Press.

Gil, Gastón Julián. (2016). Politics and academy in the Argentinian social sciences of the 1960s: Shadows of imperialism and sociological espionage. *History of the Human Sciences*, 29/3, p. 63-90.

Guillot, Nicolas. (2005). *The democracy makers. Human rights and international order*. New York: Columbia University Press.

Gilman, Nils. (2003). *Mandarins of the future: Modernization theory in Cold War America*. Baltimore: JHU Press, 2003.

Hirschman, Albert O. (1958). *The strategy of economic growth*. New Haven: Yale University Press.

Hirschman, Albert O., & Lindblom, Charles E. (1962). Economic development, research and development, policy making: some converging views. *Behavioral science*, 7/2, p. 211-222.

Jackson, Luiz C. & Blanco, Alejandro. (2014). *Sociologia no espelho: ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970)*. São Paulo: Editora 34.

Laíz, Álvaro Morcillo. (2022). The Cold War Origins of Global IR. The Rockefeller Foundation and Realism in Latin America. *International Studies Review*, 24/1, p. 1-26.

Laíz, Álvaro Morcillo. (2019). *La Gran Dama: Science Patronage, the Rockefeller Foundation, and the Mexican Social Sciences in the 1940s*. *Journal of Latin American Studies*, 51, p. 829-854.

Latham, Michael (2003). *Modernization as ideology. American social science and nation-building in the Kennedy Era*. Chappel Hill: The University of North Carolina Press.

Lynch, Christian E. C. (2015). Teoria pós-colonial e pensamento brasileiro na obra de Guerreiro Ramos: o pensamento sociológico. *Caderno CRH*, 28/73, p. 27-45.

Lopes, Thiago D. C. (2012). *Sociologia e Puericultura no pensamento de Guerreiro Ramos: diálogos com a Escola de Chicago (1943-1948)* [Dissertação de mestrado]. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz.

Maia, João Marcelo Ehlert. (2012). Reputações à brasileira: o caso de Guerreiro Ramos. *Sociologia & Antropologia*, 2/4, p. 265-291.

Motta, Luiz Eduardo. (2010). A Política do Guerreiro: Nacionalismo, revolução e socialismo no debate brasileiro dos anos 1960. *Organizações & Sociedade*, 17, p. 85-101.

Navarro, Juan José. (2011). Cold War in Latin America: The Camelot Project (1964–1965) and the Political and Academic Reactions of the Chilean Left. *Comparative Sociology*, 10/5, p. 807-825.

Oliveira, Lúcia Lippi. (1995). *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Parsons, Talcott & Shills, Edward A. (Orgs.). (1951). *Toward a general theory of action*. Cambridge: Harvard University Press.

Pizza Jr., Wilson. (1994). Razão substantiva. *Revista de Administração Pública*, 28/2, p. 7-14.

Price, David H. (2016). *Cold War Anthropology: The CIA, the Pentagon, and the growth of dual use Anthropology*. Durham: Duke University Press.

Ramos, Alberto Guerreiro. (2010). A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade. In: Heidemann, Francisco & Salm, José. (Orgs.). *Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise* (2a ed.). Brasília, DF: Editora UnB. p. 41-79.

Ramos, Alberto Guerreiro. (1963). *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Ramos, Alberto Guerreiro. (1966). *Administração e Estratégia do Desenvolvimento: elementos de uma sociologia especial da administração*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.

Ramos, Alberto Guerreiro. (1967). A Modernização em nova perspectiva: em busca do modelo de possibilidade. Guerreiro Ramos. *Revista de Administração Pública*, 1/2, p. 7-44.

Ramos, Alberto Guerreiro. (1970). Modernization: towards the possibility model. In: Beling, William & Totten, George. (Orgs.), *Developing nations: quest for a model*. New York: Van Nostrand Reinhold. p. 21-59.

Ramos, Alberto Guerreiro. (1972). Models of Man and administrative theory. *Public Administration Review*, 32/3, p. 241-246.

Ramos, Alberto Guerreiro. (1981). *A Nova Ciência das Organizações. Uma reconceitualização da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.

Ramos, Alberto Guerreiro. (1996 [1958]). *A Redução Sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

Ramos, Alberto Guerreiro. (1995 [1954]). Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo. In *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ.

Rhode, Joy. (2018). *Armed with Expertise: the militarization of American social research during the Cold War*. Ithaca: Cornell University Press.

Schmidt, Volker. (2010). Modernity and diversity: reflections on the controversy between modernization theory and multiple modernists. *Social science information*, 44/4, p. 511-538.

Sherwood, Frank. Some notes and memories on Ebap in its earlier days. *Revista de Administração Pública*, 36/5, p. 813-827.

Soares, Luiz A. Alves. (1995). Guerreiro Ramos: a trajetória de um pensamento. *Revista de Administração Pública*, 29/2, p. 33-50.

Solovey, M. (2013). *Shaky foundations: The politics-patronage-social science nexus in Cold War America*. New Brunswick: Rutgers University Press.

Stavenhagen, Rodolfo. (1965, 25/26 jul.). Siete tesis equivocadas sobre América Latina. *El Día*.

Tenório, Fernando. (1997). Superando a ingenuidade: minha dívida a Guerreiro Ramos. *Revista de Administração Pública*, 31/5, p. 29-44.

GUERREIRO RAMOS E A CRÍTICA À SOCIOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO

Palavras-chave

Guerreiro Ramos;
Sociologia da modernização;
História da sociologia;
Pensamento social brasileiro;
Periferia.

Resumo

Este artigo tem como objeto a crítica efetuada por Alberto Guerreiro Ramos à sociologia da modernização, sintetizada em dois textos publicados em 1966 e 1967, respectivamente, o livro *Administração e estratégia de desenvolvimento: elementos de uma sociologia especial da administração* e o artigo “A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo de possibilidade”. A análise situa Guerreiro como um ativo integrante periférico de uma controvérsia disciplinar transnacional, avançando o debate tanto no campo do pensamento brasileiro, ao tratar os escritos guerreirianos tardios como peças fundamentais de sua imaginação sociológica, como no campo da história da sociologia, ao examinar o caso no contexto mais amplo da criatividade intelectual periférica.

GUERREIRO RAMOS' CRITIQUE OF THE SOCIOLOGY OF MODERNIZATION

Keywords

Guerreiro Ramos;
Sociology of modernization;
History of sociology;
Brazilian social thought;
Periphery.

Abstract

The article examines Alberto Guerreiro Ramos' critique of the sociology of modernization, drawing from two texts published in 1966 and 1967, respectively: the book “*Administração e Estratégia de Desenvolvimento. Elementos de uma sociologia Especial da Administração*” (Elements of a Special Sociology of Administration) and the article “A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo de possibilidade” (Modernization in a new perspective: in search of a model of possibility). The analysis positions Guerreiro as an active, peripheral participant in a transnational disciplinary debate. By treating his later works as essential to his sociological vision, the study advances scholarship in both Brazilian social thought and the broader history of sociology -highlighting the creative contributions of peripheral intellectuals.